



Direito ambiental

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL- Parte 2

Georges Louis Hage Humbert



Twitter: georges_humbert

www.humbert.com.br

E-mail: georges@humbert.com.br

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

SUMÁRIO DA AULA

1. Responsabilidade ambiental criminal
2. Responsabilidade ambiental administrativa
3. Questões de concurso

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

1 . Responsabilidade penal / criminal

- 9.605/98 – 29 a 69-A
- Aplicação da insignificância – STJ HC 72234 e STF Ap 439
- Normas penais em branco (art. 35, I, II e 38)
- Não vigora a responsabilidade objetiva
- Admite-se a modalidade culpo, duplo requisito para o agente público: ciência da conduta criminosa de outrem e possibilidade de ação para impedir o resultado

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

- Questão polêmica: Responsabilidade da Pessoa Jurídica. Art. 225 da CF c.c o Art. 3º - LEI DE CRIMES AMBIENTAIS
- Penas - Art. 22 - I. suspensão total ou parcial das atividades; II. Interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade; III. Proibição de contratar com o Poder Público e de obter subsídios, subvenções ou doações pelo prazo de até 10 anos; Art. 24, a possibilidade de liquidação forçada da pessoa jurídica para os casos em que a empresa foi constituída ou utilizada para permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime definido na lei ambiental.
- STJ/RHC 24239 PESSOA JURÍDICA. RESPONSABILIZAÇÃO SIMULTÂNEA DA PESSOA FÍSICA. NECESSIDADE. STJ RE 628.582 É possível a condenação de pessoa jurídica pela prática de crime ambiental, ainda que haja absolvição da pessoa física relativamente ao mesmo delito.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

2 . Infractional ou administrativa

- Hipótese: 9.605/98 – art. 70 a 76 e Decreto 6514/08. Toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente
- Início: Competência ou mediante representação
- Obrigatoriedade de aplicação, sob pena de co-responsabilidade
- Sujeitos: Aplicação ao infrator, inclusive ao Poder Público e Agentes
- Sanção: Penas pecuniárias e restritivas de direitos: ADVERTÊNCIA; MULTA; INTERDIÇÃO; EMBARGO; CASSAÇÃO; CADUCIDADE; APREENSÃO; DESTRUIÇÃO

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

- Excludentes: Força maior; Caso fortuito; Estado de necessidade; vício de consentimento; fato de terceiro.
- Não se aplica a responsabilidade objetiva.
- As infrações tipificadas nos arts. 70 a 72 da Lei 9.605/98 são válidas?
 - REsp 1145648 “a infração ambiental cometida em combinação com os artigos 70 e 72 da Lei nº 9.605/98 encontra amparo no Princípio da Legalidade que justifica a imposição da multa imposta pelo IBAMA, não havendo falar, pois, em ilegalidade qualquer.”

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

- **Milare: A incidência do princípio da legalidade, salvo disposição legal em contrário, não implica o rigor de se exigir que as condutas infracionais sejam previamente tipificadas, uma a uma, em lei, tal como ocorre no Direito Penal. Basta, portanto, a violação de preceito inserto em lei ou em normas regulamentares .Trata-se de um tipo infracional aberto, que possibilita ao agente da Administração agir com ampla discricionariedade]**
- **Nossa posição: “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal” (art. 5º, XXXIX, CR/88), fere LEGALIDADE 5º, II, e 37); ANTERIORIDADE 5º, XXXIX; TIPICIDADE; SUBJETIVIDADE; DEVIDO PROCESSO LEGAL; MOTIVAÇÃO; LIMPE; RESERVA LEGAL (. 22, I, e 24, XI); SEPARAÇÃO DOS PODERES (60, § 4º, III); P. REGULAMENTAR (84, IV).**

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

3 . Questões de concurso

-

